

Audição Pública

O Próximo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027

18 dezembro 2018

O próximo período de programação assume-se particularmente desafiante para a região do Algarve. A consolidação do estatuto de região em transição condiciona a disponibilidade de fundos disponíveis, assim como eleva o compromisso e a responsabilidade de os programar de forma a responder inequivocamente, e na medida do possível, aos grandes desígnios de competitividade, sustentabilidade e desenvolvimento regional, num quadro em que o volume do financiamento para as regiões em transição cresce 4 pp, mas simultaneamente, no mapa de elegibilidades, o número destas regiões regista um aumento significativo.

Ciente deste desafio, no âmbito da construção dum contributo regional para a Estratégia Portugal 2030, a CCDR Algarve construiu uma visão prospetiva e corresponsável, baseada num amplo processo de participação pública, que contemplou a realização de seis sessões descentralizadas no território algarvio, que envolveram quase três centenas de participantes, representantes institucionais e da sociedade civil, que resultaram em cerca de 1300 contributos registados.

Além dos domínios transversais associados à inovação e conhecimento; à qualificação, formação e emprego e à sustentabilidade demográfica e dos domínios territoriais incidentes na energia e alterações climáticas; na economia do mar; nas redes e mercados externos; na competitividade e coesão dos territórios de baixa densidade e na agricultura e florestas, que integram a Estratégia Portugal 2030, os participantes nas sessões identificaram cinco áreas de atuação e preocupação complementares: governança, qualidade de vida, disponibilidade hídrica, conectividade e património.

A **governança** dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constitui um fator crítico à prossecução de uma estratégia que se deseja eficiente e profícua para o país e para as regiões, com vista ao estrito cumprimento do estabelecido nos domínios/objetivos delineados.

Nesse sentido, a CCDR Algarve, com base nas experiências e práticas estabelecidas nos períodos de programação anteriores e com base nos velhos e novos desafios para promoção da coesão territorial e social, competitividade e desenvolvimento regional, propõe o estabelecimento de uma **abordagem plurifundo, inter-regional e transfronteiriça**, que constituirá, só por si, uma abordagem inovadora ao nível da gestão, mas também da perceção e aferição dos impactos das políticas públicas a escalas diferenciadoras, eventualmente mais próximas e consentâneas com as especificidades locais, supramunicipais, intra e inter regionais.

Para uma abordagem **plurifundo**, considera-se fundamental integrar toda a arquitetura de financiamento dos FEEI, numa estratégia macro, que sirva os interesses regionais e

nacionais, propiciando um planeamento integrado e concertado das políticas públicas que importam para o Algarve, independentemente da sua proveniência em termos financeiros. O foco deverá alocar-se aos objetivos a atingir e não aos atores a envolver na sua gestão, através da delimitação de fortes restrições de âmbito, que potenciem os resultados. Perante este processo de adequação da governança, permitir-se-á promover a simplificação e desburocratização inerentes aos processos de financiamento, assim como contribuirá para aumentar níveis de desempenho e de convergência.

No que respeita à abordagem **inter-regional** procura-se salvaguardar valores, materiais e imateriais, características comuns e transversais, que se prolongam além das fronteiras físicas e administrativas, devendo por isso ser olhadas de forma una e conjunta, mitigando limitações burocráticas e favorecendo as comunidades locais e as empresas.

Na abordagem **transfronteiriça** defende-se um alinhamento estratégico para os territórios de fronteira, inovando nas escalas de atuação, na alocação de fundos e na sua gestão, privilegiando ações concertadas, nomeadamente ao nível das eurocidades e das euroregiões, no caso particular do Algarve na eurocidade do Guadiana (Vila Real de Santo António - Castro Marim - Ayamonte) e na euroregião Algarve - Alentejo - Andaluzia.

Uma arquitetura flexível e subsidiária ao nível da programação e governança dos fundos reforçará, por um lado, o trabalho cooperativo e em rede, por outro, a afirmação e reforço identitário, no seio de contextos escalares distintos.

O Algarve deve procurar uma integração competitiva no contexto das regiões europeias, que passa pela inserção nas redes transeuropeias e pela exploração das oportunidades que daí decorrem, mas sobretudo, por uma participação liderante em redes e programas de cooperação e pela afirmação da região como localização competitiva de funções terciárias. O potencial, a estrutura e as dinâmicas do sistema urbano serão decisivos para a qualificação da oferta de serviços e para a implantação de atividades inovadoras que reforcem a competitividade internacional da economia do Algarve.

Em linha com este esforço de **cooperação** multiescalar, urge continuar a trabalhar na aproximação da população e atores regionais à União Europeia, às suas instituições e às oportunidades que enquadram, maximizando a concertação dos FEEI aos desígnios comuns e partilhados, assentes em processos de interação desburocratizados, simplificados e *user friendly*. As barreiras comunicacionais não podem limitar as oportunidades de conhecimento, apoio e desenvolvimento, devendo para tal apostar-se em soluções promotoras de igualdade de acesso e benefício.

Processualmente, o caminho a seguir deve ser o da **simplificação**, quer do ponto de vista da gestão (*BackOffice*), quer do ponto de vista dos beneficiários, quer ainda da comunicação entre ambos, caminho já empreendido no atual quadro de programação financeira, mas sem os resultados operacionais previstos. É fundamental encontrar soluções desmaterializadas com suporte e segurança jurídica adequada, favorecendo os processos de interação entre as entidades gestoras e os beneficiários. A promoção de

uma participação cívica ativa, deve igualmente consubstanciar um desígnio de confiança e corresponsabilização, entre todas as partes a envolver.

No sentido lato, a **qualidade de vida** traduz, simultaneamente uma aspiração e uma preocupação transversal, quer para a comunidade local, quer para os desígnios de competitividade inerentes ao tecido económico regional, em particular na perceção dos ativos que convergem e contribuem para a dinâmica de oferta e procura do setor do turismo, importando questões como a segurança, o ambiente urbano, a diversidade e qualidade dos serviços disponíveis, as oportunidades de emprego ou o reconhecimento e valorização profissional, que conjuntamente motivam boas perspetivas de futuro e contribuem para fixar e atrair novos residentes e turistas.

Para esta questão, importa contribuir para o aumento da perceção do conceito de sustentabilidade, que se traduzirá de forma mais ou menos evidente, em termos sociais, económicos, ambientais e na própria governança, que embora amplamente referenciado, merecerá uma abordagem integrada e transversal no contexto da promoção da qualidade de vida na região.

A **disponibilidade hídrica** afirmou a preocupação regional com a gestão sustentável do recurso água, indispensável, em quantidade e qualidade, às principais atividades produtivas do Algarve. Alertou, também, para a necessidade de uma correta gestão do seu uso, ainda mais num quadro de alterações climáticas, que tem evidenciado a volatilidade do recurso, muitas vezes com longos períodos de escassez, conduzindo a fenómenos de seca e desertificação, sendo por isso vital, programar de forma atempada soluções de armazenamento, tratamento e utilização racional da água, numa região manifestamente vulnerável e com uma amplitude de consumos sazonais com extremos acentuados.

Neste âmbito, levantaram-se ainda questões inerentes ao tratamento e reutilização de águas residuais, por via do desenvolvimento de soluções técnicas conducentes à implementação de fábricas de água ou para incitar o desenvolvimento de processos de dessalinização, que contribuam para um balanço hídrico mais favorável à região e à sua (re)utilização, por exemplo, em atividades de rega no contexto agrícola, turístico (golfe) e/ou noutros. Estas ações contribuem para a promoção de uma economia circular e instigam consumos mais responsáveis.

A **mobilidade** constituiu talvez, a questão mais recorrente na globalidade das sessões de participação pública, quer do ponto de vista da problemática da oferta, qualidade e intermodalidade, quer do ponto de vista da importância e urgência a atribuir em termos de domínios/objetivos alternativos ou complementares, quer ainda ao nível das medidas de política a implementar com vista à prossecução do desenvolvimento regional.

Embora de difícil resolução, esta questão assume particular importância na região, sobretudo face à dimensão da problemática, que contempla, não só infraestruturas, as redes e a cobertura das mesmas, como as competências de gestão, a integração modal e bilhética e outras dimensões, que importam com o ponto anterior da qualidade vida,

mas também com o desempenho do tecido económico. Neste ponto são veementemente reclamadas intervenções na EN 125, na eletrificação da ferrovia ou na ligação ferroviária de Faro ao aeroporto.

A **conectividade** regional, desígnio da melhoria da mobilidade, será porventura, um dos principais fatores críticos observados no Algarve e para o qual, as expetativas da região estão elevadas no horizonte 2030, além das já contempladas soluções mitigadoras da emissão de carbono, da promoção da utilização de modos suaves ou da adoção de fontes de energia limpas.

Por fim, ao nível do **património e cultura** registam-se preocupações com a salvaguarda da memória coletiva, por via da salvaguarda, proteção, valorização, interpretação e fruição dos valores patrimoniais em presença, sejam estes de índole natural ou construídos, materiais ou imateriais, reforçando a identidade e sustentabilidade regional integrada, mas também a atratividade do Algarve. Complementarmente, ao nível cultural, evidenciaram-se questões que vão desde a promoção e programação cultural diversificada e de qualidade, à criação e formação de públicos, até à criação artística de base local, contribuindo também para a valorização da identidade, dos recursos e dos profissionais do setor.

Os recursos patrimoniais e culturais, aliados aos recursos endógenos e às especificidades turísticas da região podem potenciar o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, suportado pelo conhecimento produzido na Universidade do Algarve e pelo crescente tecido empresarial focado nestas áreas.

A competitividade, a sustentabilidade e a inteligência regional passam pela delineação de uma estratégia que envolva todas as dimensões da economia e da sociedade, pressupondo uma elevada qualidade do ambiente, da paisagem, das infraestruturas e dos equipamentos urbanos.

Por fim, a recém alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e a discussão em torno do Plano Nacional de Investimentos 2030 (PNI), perspetiva um planeamento integrado, participado e de longo prazo, que se deseja frutífero para o território e para a sua população. Só com um esforço concertado entre todas as partes, da administração à sociedade civil, assente num planeamento rigoroso e conducente à maximização de efeitos positivos, eficazes e eficientes, se estimula a competitividade do Algarve, a sua afirmação no contexto nacional, ibérico e internacional, e acima de tudo, se superam os enormes, velhos e novos, desafios que se avizinham na próxima década.